

2.	PUBLICADO NO D.O.U. De 02.1.09 1992
C	
C	Rubyta

278



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
**Processo N.º 26.512-400.008/88-38**

mias

Sessão de 08 de janeiro de 1991

ACORDÃO N.º 202-03.948

Recurso n.º 83.017

Recorrente USINA COSTA PINTO S/A. AÇÚCAR E ÁLCOOL

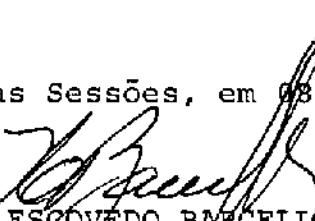
Recorrida DRF EM LIMEIRA - SP.

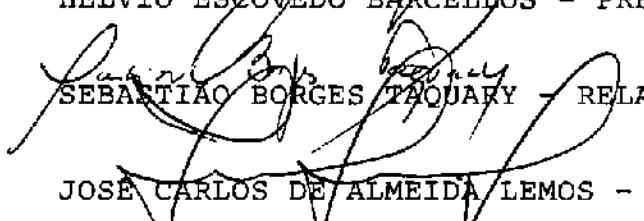
IAA - Contribuição e Adicional. A falta de recolhimento da contribuição e do seu adicional implica na exigência dos acréscimos legais, inclusive da multa de 100%. Reincidentia caracterizada. Recurso a que se nega provimento.

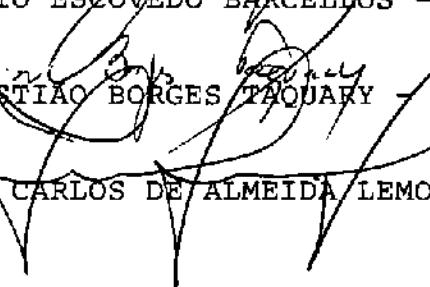
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por USINA COSTA PINTO S/A. AÇÚCAR E ÁLCOOL.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro ADÉRITO GUEDES DA CRUZ (Suplente).

Sala das Sessões, em 08 de janeiro de 1991.

  
 HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - PRESIDENTE

  
 SEBASTIÃO BORGES TAQUARY - RELATOR

  
 JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 28 FEVEREIRO DE 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, ALDE SANTOS JÚNIOR, ANTONIO CARLOS DE MORAES, OSCAR LUÍS DE MORAIS e JEFERSON RIBEIRO SALAZAR.

279



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo № 26.512-400.008/88-38

Recurso №: 83.017  
Acordão №: 202-03.948  
Recorrente: USINA COSTA PINTO S/A. AÇÚCAR E ÁLCOOL

R E L A T Ó R I O

Conforme consta das Notificações e do Termo de Verificação de 08.04.88 (fls. 02 e 03), a ora recorrente deixou de recolher a contribuição e o adicional incidentes sobre a saída dos seus produtos ali descritos, referentes à safra de 1987/88, e no período de 1º a 31.01.88.

A notificada, defendendo (fls. 10/21), em síntese e substância alega e requer o que se segue: que não procede a exigência, no seu todo, porque lhe falta amparo legal, a par de ser abuso de autoridade exigir o crédito objeto da notificação, considerando as condições de crise que atravessa o Setor. Dito isso, requereu fosse cancelada a notificação de lançamento.

Replicando, veio a informação fiscal (fls. 30), pugnando pela confirmação da exigência e propondo a elevação da multa para 100%, ao argumento de que a notificada é reincidente.

A reincidência da ora recorrente foi confirmada (fls. 30).

A decisão singular (fls. 31/33), julgou procedente a ação fiscal e manteve a exigência, impondo a multa de 100%, conside

280

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 26.512-400.008/88-38

Acórdão nº 202-03.948

rando a notificada como reincidente, além do principal e os acréscimos de juros e correção monetária, tudo nos termos do art. 4º e § 1º do Decreto nº 62.388, de 12.03.68; art. 11 c/c o art. 12 da Resolução nº 2.005/68, do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool, e arts. 4º, 6º e 11, do Dec.Lei nº 308/67.

Depois de intimada e no prazo legal, a notificada interpôs, contra essa decisão de 1º grau, o recurso voluntário, de fls. 34/57, onde reeditou as razões da defesa e enfatizou, em síntese, que a decisão recorrida viola a Constituição Federal e nega vigência à letra da lei federal, a par de ser absurda a exigência das contribuições constantes da peça notificatória, com os acréscimos ali indicados e confirmados na decisão de 1º grau.

É o relatório.

281

SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
Processo nº 26.512-400.008/88-38  
Acórdão nº 202-03.948

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY**

A hipótese, ora em exame, encontra inúmeros precedentes, em ambas as Câmaras do 2º Conselho de Contribuintes, dos quais são exemplos estes Acórdãos: 202-03.863, de 09.11.90; 202-02.405, de 28.04.89; 202-02.403, de 28.04.89; 201-65.648, de 22.09.89; 201-65.801, de 10.11.89, e 201-65.825, de 12.12.89.

Trata-se de não recolhimento de contribuição e adicional, com seus acréscimos legais, devidos ao IAA. Os fatos ensejadores do lançamento foram comprovados e a exigência conforma-se com a legislação pertinente.

A reincidência resultou confirmada (fls. 30).

Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário, para confirmar a decisão de 1º grau, por seus judiciosos fundamentos.

Sala das Sessões, em 08 de janeiro de 1991.

  
SEBASTIÃO BORGES TAQUARY